

Memorando 7- 2.964/2026

De: João P. - AMAE-CG

Para: AMAE-SL - Setor de Licitação

Data: 25/02/2026 às 08:25:51

Setores envolvidos:

AMAE-CG, AMAE-PJA, AMAE-SL

Editais 01/2026 - Pregão Eletrônico - Publicação de atos oficiais

Editais Assinados.

—

João Carlos Polegato
Comissário Geral

Anexos:

EDITAL_JORNAL.pdf

EDITAL DE LICITAÇÃO EXCLUSIVO Nº 01/2026**PREGÃO ELETRÔNICO Nº01/2026****Órgão Contratante:** Agência Municipal de Água e Esgoto de Marília - AMAE.**Valor Total Estimado da Aquisição:** R\$ 40.950,00 (quarenta mil, novecentos e cinquenta reais), **conforme estimativa de Mercado e Pesquisa de Preço.****Modo de Disputa:** Aberto**Licitação exclusiva para ME/EPP/Equiparadas:** Não

A **AGÊNCIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA – AMAE**, autarquia, por meio de seu Comissário Geral, Sr. João Carlos Polegato, no uso de suas atribuições legais, torna pública que a AMAE, por meio do setor de Licitações, a licitação na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, pelo **Sistema de Registro de Preço**, CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO** do item, **destinada à eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de publicação em jornal de grande circulação no Estado de São Paulo**, visando ao atendimento das exigências legais de publicidade e transparência dos atos administrativos da AMAE, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, partes integrantes deste Edital.

A contratação abrangerá quantidade estimada de até 3.000 (três mil) centímetros por coluna, sendo a contratação efetivada conforme a necessidade da Administração, sem obrigatoriedade de consumo integral do quantitativo estimado.

O certame será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicando-se, no que couber, o Decreto Municipal nº 14.464, de 27 de setembro de 2024, e demais normas regulamentares pertinentes.

DA SESSÃO PÚBLICA:

Na data, horário e local abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública.

Data da sessão: 13/03/2026

Horário: 9h30

LOCAL: Ambiente eletrônico através do sítio na internet www.gov.br/compras. –
<https://www.gov.br/pt-br>

UASG: 933174

Somente no Portal de Compras Federal (comprasnet), o presente processo licitatório.

O presente processo será conduzido pela Sra. Beatriz Modesto Capellini, conforme Portaria AMAE nº 0115 de 2025.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Esta licitação atende ao Proc. 1Doc 2.964/2026 e ao Processo Administrativo nº 2964/2026.

6. DO OBJETO

O presente pregão destina-se ao registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de publicação em jornal de grande circulação no Estado de São Paulo, para atendimento às exigências legais de publicidade e transparência dos atos administrativos da Agência Municipal de Água e Esgoto de Marília – AMAE, pelo período de 12 (doze) meses, cujo critério de julgamento será o de menor preço por item, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, que dele são parte integrante. A contratação abrangerá quantidade estimada de até 3.000 (três mil) centímetros por coluna, sendo as contratações realizadas conforme a necessidade da Administração, não havendo obrigatoriedade de consumo integral do quantitativo registrado.

1.1 A licitação será composta por um único lote, conforme a tabela constante do ANEXO “I” – Termo de Referência.

1.2 Os itens especificados no Anexo I tem ali estabelecidas as quantidades em

estimativas máximas, para um período de 1 (um) ano, reservando-se esta Autarquia ao direito de adquiri-lo, em quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, total ou abster-se de adquiri-lo. O material elencado será considerado apenas para fins de adjudicação e posterior assinatura da Ata de Registro de Preços.

7. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes ao órgão gerenciador, aos órgãos participantes e às eventuais adesões à Ata de Registro de Preços são aquelas estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços, parte integrante deste Edital.

8. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar desta licitação quaisquer pessoas jurídicas legalmente constituídas e regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas na prestação dos serviços objeto deste certame e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e em seus Anexos, independentemente do enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), desde que estejam previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital, nos termos da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

3.1.1 A As Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, quando participantes, poderão usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, desde que atendidos os requisitos legais, não sendo aplicada, contudo, a exclusividade ou cota reservada prevista no art. 48 do referido diploma legal.

3.1.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.3 O credenciamento é a condição obrigatória para a formulação de ofertas e lances, negociação de preços, manifestação de intenção de interpor recursos e todos os demais atos inerentes ao certame.

3.1.4 No dia, local e horário designados para realização deste certame, antes do início da sessão, a empresa interessada ou seu representante legal já deverá ter procedido ao respectivo credenciamento.

3.1.5 Para acesso ao sistema eletrônico, no sítio www.gov.br/compras, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis).

3.1.6 Para participação de pessoas físicas no presente certame, deverão ser observadas as disposições constantes da IN SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021.

3.2 Em conformidade com o § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, não será aplicada a exclusividade para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), prevista nos incisos I e III do mesmo artigo, na presente contratação, tendo em vista as características do objeto, que envolvem a prestação de serviços de publicação em jornal de grande circulação no Estado de São Paulo, os quais demandam estrutura operacional, capacidade técnica e abrangência de circulação que, conforme verificado no levantamento preliminar de mercado, não são plenamente atendidas por empresas enquadradas como ME ou EPP, sob pena de comprometer a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3.3 Poderão participar do processo interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

3.4 O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como válidas e verdadeiras as propostas e os lances,

inclusive aqueles praticados direta ou indiretamente por meio de seu(s) representante(s), excluía qualquer responsabilidade do provedor do sistema, bem como do órgão ou entidade promotora da licitação, por eventuais prejuízos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 Incumbirá ao licitante conferir a exatidão de seus dados cadastrais nos sistemas relacionados neste edital, e de mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros, tão logo identifique incorreção ou desatualização.

3.6 A não observância do disposto no item prévio poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.7 Não será admitida a Subcontratação e nem os Consórcios.

3.8 Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1 Aquele que não atenda às condições previstas neste Edital e em seus anexos;

3.8.2 Pessoa física ou jurídica que se encontre, na ocasião da licitação, impossibilitada de participar do certame em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.3 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou, ainda, que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.4 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.5 Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos que antecederam a publicação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.6 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da contratação o agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art, 9º da Lei 14.133, de 2021;

3.8.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9 O impedimento de que trata o item 2.7.3 será aplicado também ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10 A vedação de que trata o item 3.8.3 estende-se a terceiro que auxilie na condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou providências, ou impugnar o Ato Convocatório deste Pregão, devendo protocolar o pedido no site <https://marilia.1doc.com.br/> , através do link <https://marilia.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&is=147408&iser=01J5EPWH1KMTE99FPVM6GFFQEY>, no local reservado especificamente à análise, no processo licitatório; a

pregoeiro terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para decidir sobre a petição, sendo este prazo limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

4.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.3 A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, através do Portal Nacional de Compras - <https://www.gov.br/pt-br>

4.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

4.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 Os licitações encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 A anexação de arquivos no sistema será exigida após as fases de apresentação de propostas iniciais e lances.

5.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio

do sistema, que:

5.4.1 Manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos, que concorda com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

5.4.2 Declara que sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

5.4.3 Atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

5.4.4 Inexiste impedimento à habilitação e que comunicara a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

4.4.5 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei 8.213/1991.

5.4.6 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.7 Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da constituição Feferal de 1988, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.

5.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 O prestador de serviços enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ao 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.

5.10 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá as seguintes regras:

5.11.1 A aplicação de intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, e;

5.11.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o sub-item acima.

5.12 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo prestador de serviços durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1 Valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema.

5.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

6 DO PREENCHIMENTO E ENVIO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item;

6.1.2 Descrição do objeto ofertado ou declaração de que este corresponde a todas as especificações deste edital e seus anexos.

6.1.3 Ao encaminha sua proposta será vedada a identificação do licitante.

6.1.4 Preço unitário e total do item, conforme Modelo de Proposta no ANEXO II;

6.1.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam

direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.1.6 Dados da conta bancária, constando o nome do banco, a agência e o número da respectiva conta, preferencialmente onde a AMAE possui conta corrente, ou seja, nos seguintes bancos oficiais: Banco do Brasil e/ou Caixa Econômica Federal.

6.1.7 A proposta deverá ser apresentada exclusivamente na expressão monetária vigente no País.

6.1.8 A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quando às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal ou seu procurador.

6.2 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.3 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.5 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos termos estabelecidos, responsabilizando-se pela adoção de todos os meios técnicos, operacionais e administrativos necessários à perfeita execução dos serviços, bem como pela correção ou republicação, quando requerida, de eventuais publicações realizadas em desconformidade com as condições pactuadas.

6.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1 A abertura do pregão dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, quando for o caso, até a etapa de abertura da sessão pública.

7.3 O sistema disponibilizará ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no edital.

7.6 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item (MENOR PREÇO – ITEM).

7.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital e seus anexos.

7.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9 O intervalo mínimo de diferença de percentual entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).

7.10 O procedimento seguirá de acordo com o MODO DE DISPUTA ABERTO.

7.11 No MODO DE DISPUTA “ABERTO” do pregão eletrônico os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o sub-item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.12.4 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

- 7.13 Após o término dos prazos estabelecidos nos sub-itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.14 Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro, vedada a identificação do licitante.
- 7.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para o recebimento dos lances.
- 7.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa automaticamente e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para a divulgação.
- 7.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.18 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da Lei nº 14.133 de 2021, nesta ordem:
- 7.18.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.18.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.18.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.18.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade (compliance),

conforme orientações dos órgãos de controle.

7.19 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.19.2 Empresas brasileiras;

7.19.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.20.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.20.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado

aos autos do processo licitatório.

7.21 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.22 A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta – **ANEXO II** adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada se for o caso, de documentos complementares.

6.23.1 É facultado ao Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido.

8. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação do certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 8.9 do edital, (REGISTRO ANP ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA) especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

8.1.4 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pelo Cadastro Nacional de Condenações Cíveis pore Atos de Improbidade Administrativa, mantida pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_administrativa_requerido_php);

8.1.5 Lista de inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por ilícitos Administrativos – CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.6 Relação de impedidos de Contratar – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados>);

8.2 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica, poderá haver a substituição das consultas das alíneas “7.1.2” a” 7.1.5” acima, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.4 Relação de Apenados – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo -TCESP.

8.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seus sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da lei nº 8.429, de 1992.

8.6 Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6.1 A tentativa de burlar o impedimento será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

8.6.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.6.3 "Verificada a existência de sanção impeditiva, o licitante será considerado inabilitado por ausência das condições necessárias à participação.

8.7 Caso as condições de participação sejam atendidas, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.8 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

8.8 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para a contratação neste edital e em seus anexos.

8.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1 Contiver vícios insanáveis;

8.9.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas neste edital e anexos;

8.9.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4 Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;

8.9.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração – IN nº 73/2022 SEGES/ME, link <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas>.

8.10.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após

diligência do pregoeiro, que comprove:

8.10.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

8.10.1.2 Que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11.1 Serão efetuadas análises nas operações aritméticas. Caso o Licitante detentor da melhor proposta apresente qualquer valor acima do orçado pela Administração, será disponibilizada a possibilidade de adequação de sua proposta e/ou planilha, readequando os valores dentro do estimado e máximo aceitável apresentado pela Administração.

A mesma conduta do item anterior será adota pelo Pregoeira se as informações constantes apresentados pelo licitante não estiverem de acordo com as determinações.

8.12 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13 Essos no preenchimento de documentos não constituem motivo para a desclassificação da proposta. O documento poderá ser ajustado pelo prestador de serviços, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Encerrada a etapa de negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, quando será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação. O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital será de 03 (três) horas, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado.

9.1.1 Deverá também, neste prazo de 03 (três) horas, encaminhar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

9.2 O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação do certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 8.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.2.1 Registro Cadastral ou Registro de Sanções Administrativas do órgão licitante, se houver;

9.2.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU)
(<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

9.3 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06.

9.5 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos do licitante melhor classificado para fins de habilitação.

9.6 Apresentar atestado de capacidade técnica conforme o item 8.

9.7 Habilitação Jurídica

9.7.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou registro empresarial devidamente registrado. Em se tratando de sociedade por ações, o estatuto social deverá vir acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

9.7.2 Autorização para o exercício da atividade a ser contratada, quando cabível.

9.8 Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista

9.8.1 CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica emitido pelo Ministério da Fazenda.

9.8.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

9.8.3 Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, comprovada mediante fornecimento de Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, e Seguridade Social.

9.8.4 Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual (Débitos Inscritos em Dívida Ativa) e Municipal do domicílio ou sede da licitante mediante apresentação da Certidão Negativa de Tributos Mobiliário;

9.8.5 FGTS - Prova de regularidade de recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante a apresentação de Certificado fornecido pela Caixa

Econômica Federal.

9.8.6 CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, disponível no Portal do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao).

9.9 Qualificação Econômico-Financeira

9.9.1 Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição não superior a 90(noventa) dias corridos, contados da data de apresentação da proposta.

9.9.2 Poderão participar as empresas em Recuperação Judicial, com Certidão Positiva, demonstrando Plano de Recuperação já homologado.

9.10 Declarações complementares de apresentação obrigatória:

9.10.1 Documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral SICAF.

9.10.2 Documento em língua estrangeira será inicialmente recebido em tradução livre.

9.10.3 Na hipótese de o licitante se sagrar vencedor, para fins de assinatura do contrato, os referidos documentos exigidos para habilitação deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no País ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.10.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feita em obediência na Lei nº 14.133/2021.

9.10.5 Declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação.

9.10.6 Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando o seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

9.10.7 Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo nº 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, declaração subscrita por representante legal do licitante, afirmando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

9.10.8 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

9.11 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.12.1 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.2 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento dos requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente exigir.

9.13 Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

9.14 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.15 A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.16 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, podendo este período ser prorrogado pelo Pregoeiro.

9.17 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.18 Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:

9.18.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.18.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.19 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registra da errata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda a este edital de licitação e seus anexos, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.22 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.23 Na hipótese de o licitante não atender Às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este presente edital e seus anexos.

9.24 O prestador de serviços enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10. DOS RECURSOS

10.1 A interposição de recurso contra a decisão proferida pelo pregoeiro observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3 Será concedido, em campo próprio do sistema, prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer.

10.4 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.4.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada dentro do prazo de 60 (sessenta) minutos, sob pena de preclusão;

10.4.1 o prazo para apresentação das razões recusais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4.3 neste momento, o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.4.4 a falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

10.4.5 uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, para apresentar as razões pelo sistema eletrônico, podendo os demais licitantes, desde logo, apresentar contrarrazões ao recurso em igual prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.5 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez dias úteis, contando do recebimento dos autos).

10.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à

defesa de seus interesses.

10.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 O acolhimento do recurso invalida tão os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico Portal de Compras do Governo Federal.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES NA LICITAÇÃO

11.1 O LICITANTE comete infração administrativa, nos termos da lei, que com dolo ou culpa:

11.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse público;

11.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

11.1.5 não manter a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 11.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da publicação de que trata esta licitação sem motivo justificado;
- 11.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 10.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.11 praticar atos ilícitos com o propósito de frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;
- 11.2 Com fulcro na lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante e/ou adjudicatário as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.2.1 Impedimento de licitar e contratar.
 - 11.2.2 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.3 Na aplicação das sanções serão considerados os elementos previstos no art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021, sendo eles:
 - 11.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 11.3.2 As peculiaridades do caso concreto;
 - 11.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 11.3.4 Os danos para a Administração Pública;

11.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 A sanção de advertência será aplicada exclusivamente quando o licitante ou o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.5 A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas neste edital.

11.6 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nas seguintes infrações administrativas:

11.6.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.6.2 Dar causa à inexecução total do contrato;

11.6.3 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.6.4 Não manter a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.6.5 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.6.6 Ensejar o retardamento da execução ou da publicação de trata esta licitação sem motivo justificado.

11.7 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderá ser aplicada ao responsável em todas as infrações descritas neste edital, exceto quando der causa à inexecução parcial do contrato, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.8 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica e observará as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.9 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

11.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além de perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.11 A aplicação das sanções previstas neste edital, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.12 Da decisão que aplicar as sanções descritas neste edital, caberá pedido de revisão dirigido à autoridade julgadora, nos termos da Lei Complementar nº 680/2013.

11.13 A prescrição do direito da Administração Pública de aplicar as penalidades descritas neste edital ocorrerá em 05 (cinco) anos, contados da ciência de infração pela Administração, e será:

11.13.1 Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

11.13.2 Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.13.3 Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

11.14 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras Leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei Complementar Municipal nº 907, de 24 de fevereiro de 2021.

11.15 A personalidade jurídica da LICITANTE poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito de facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidas aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.16 Atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista em edital.

11.17 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

11.18 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

11.18.1 Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

11.18.2 Pagamento de multa;

11.18.3 Transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03(três) anos de aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

11.18.4 Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

11.18.5 Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

11.19 Será exigida, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável quando lhe for aplicada a sanção pelas seguintes infrações:

11.19.1 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

11.19.2 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.19.3 A Administração Pública Municipal deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contada da data da aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161, da lei nº 14.133, de 2021).

12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES NA CONTRATAÇÃO

12.1 A pessoa CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

12.2 Para a CONTRATAÇÃO, comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) Der causa à inexecução parcial da contratação;
- b) Der causa à inexecução parcial da contratação;
- c) que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) Der causa à inexecução total da contratação;
- e) Ensejar o retardamento da execução ou da publicação de trata esta licitação sem motivo justificado;
- f) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da contratação;
- g) Praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- h) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.3 Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas

as seguintes sanções:

12.3.1 Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial da contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.3.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta Contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima da Contratação, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.4 **MULTA:**

12.3.4.1 moratória de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

12.3.4.2 moratória de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, entre 11 (onze) e 20 (vinte) dias;

12.3.4.3 moratória de 1,00% (um centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida há 21 (vinte e um) dias ou mais, até o limite de 30% (trinta por cento);

12.3.4.4 compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contratado, no caso de inexecução total do objeto.

12.4 A aplicação das sanções previstas neste processo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 Todas as sanções previstas neste processo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

12.7.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.7.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.7.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.7.4 os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

12.7.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratações da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.9 A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste processo ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10.1 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de

inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13. DO FORNECIMENTO E PRAZO DE EXECUÇÃO

13.1 A execução dos serviços ocorrerá mediante veiculação das publicações em jornal de grande circulação no Estado de São Paulo, conforme demanda da AMAE, mediante solicitação formal da Administração.

13.2 Cada solicitação indicará o conteúdo a ser publicado, o formato, a data de veiculação e demais características necessárias ao atendimento da exigência legal de publicidade dos atos administrativos.

13.3 A comprovação da execução dos serviços dar-se-á por meio da apresentação de exemplar do jornal, cópia digital da publicação ou declaração de veiculação emitida pelo jornal, contendo data, página e identificação do conteúdo publicado.

13.4 O recebimento dos serviços será considerado definitivo após a verificação da conformidade da publicação com os parâmetros definidos na solicitação e no Termo de Referência.

13.5 Constatada divergência, erro ou omissão na publicação, a contratada deverá providenciar a **republicação**, sem ônus adicional à AMAE, no prazo estabelecido pela Administração.

13.5 A AMAE não se obrigará durante a vigência da ATA a requisitar o quantitativo global de publicações, na forma prevista no quadro, na medida em que o fornecimento se dará conforme os seus interesses e necessidades exclusivas, sendo descabido à contratada pleitear o fornecimento global do produto até o término da vigência da Ata de Registro de Preços;

14. DO CONTRATO/ATA

14.1 A empresa classificada em primeiro lugar será convocada, após homologação, pelo setor de licitação, para assinar a ATA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do seu recebimento.

14.2 A Ata será enviada por meio eletrônico, através do e-mail informado na proposta pelo prestador de serviços.

14.3 Em razão do oferecimento de garantia e do prazo de publicação, bem como das penalidades a que estará sujeito, a adjudicatária, esta será convocada, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis da data de Homologação e Adjudicação, pela Agência Municipal de Água e Esgoto de Marília – AMAE, para firmar contrato.

14.4 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que:

- a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;
- b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

14.5 Independentemente de solicitação do licitante convocado, o prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma única vez e por igual período, de forma motivada, a critério da AMAE, quando razões de interesse público assim o justificarem.

14.6 No ato da assinatura da ATA a CONTRATADA deverá apresentar a “Declaração de Atualização Cadastral”, conforme item 1.d do Termo de Ciência e Notificação nos termos do Artigo 2º da Instrução Normativa 01/2020 (módulo eletrônico do Cadastro Corporativo TCESP – Cad-TECESP - <https://www.tce.sp.gov.br/cadtcesp/>).

14.7 Na hipótese de o convocado não assinar a Ata no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na

ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

15. DA VARIAÇÃO DE PREÇO

15.1 Os preços inicialmente contratados somente poderão sofrer reajuste após 12 (doze) meses, contados da data do Orçamento Estimado, nos termos do Artigo 92, § 3º da Lei Federal n.º 14.133/21, para reposição de eventual perda inflacionária, mediante requerimento da CONTRATADA, pelo índice do IPCA ou outro que vier a substituí-lo a fim de manter o valor real de mercado.

15.32 Para o jornal de grande circulação no Estado de São Paulo, a empresa vencedora deverá receber o material enviado pela AMAE até às 16:30 horas do dia imediatamente anterior da data determinada pela autarquia para a sua publicação.

15.3 Será contratado o MENOR PREÇO, ofertado após a fase de lances e/ou negociação da Pregoeira.

13.4 O preço apresentado e levado em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade do licitante.

13.4.1 Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, caso a administração opte pela prorrogação da vigência do contrato, o valor registrado poderá ser reajustado para repor a perda inflacionária, mediante requerimento da CONTRATADA, pelo índice anual IPCA, ou outro que vier a substituí-lo a fim de manter o valor real de mercado.

13.4.2 O requerimento deverá ser protocolado no site: <https://marilia.1doc.com.br/atendimento>, será apreciado pelos setores técnicos competentes e, ao final decidido pelo gestor do contrato, obedecidas as condições previstas neste edital e seus anexos;

13.4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

13.4.4 No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRADA a importância calculada pela última variação conhecida.

13.4.5 As alterações na ARP serão formalizadas através de termos aditivos.

14. DO PAGAMENTO, DA MEDIÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO

14.1 A medição dos serviços consistirá na verificação da conformidade entre as publicações solicitadas e aquelas efetivamente veiculadas pela contratada. Para a presente contratação, a medição será realizada após cada veiculação, pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, mediante conferência do conteúdo publicado, do formato, do quantitativo contratado e da data de publicação, com base nas evidências apresentadas pela contratada.

14.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

14.2.1 o prazo de validade;

14.2.2 a data da emissão;

14.2.3 os dados da Ata e do órgão contratante;

14.2.4 o valor a pagar; e

14.2.5 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.2.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará

sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

14.2.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na eventual impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3 Do Prazo de pagamento

14.3.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento do documentos fiscal pertinente (nota de empenho).

14.3.2 Não serão consideradas as propostas com condições de pagamento “Antecipado” e com prazo contado “Da emissão da Nota Fiscal”.

14.4 Forma de pagamento

14.4.1 A AMAE NÃO efetuará pagamento através de cobrança bancária (boleto). Os pagamentos serão efetuados por meio de Ordem de Pagamento Bancária, mediante crédito em conta corrente, devendo para tanto a Licitante indicar no Modelo de Proposta os Dados Bancários: nº do Banco, Agência, nº da Conta corrente e Código de identificação se houver.

14.4.2 Havendo atrasos nos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, poderá haver incidência de correção monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculados entre a data final do período de adimplemento de cada parcela e a do efetivo pagamento, devendo, entretanto ser solicitado pela CONTRATADA, através de requerimento protocolado no site (www.marília.1doc.com.br/atendimento).

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 A documentação exigida poderá ser apresentada através de documento informatizado obtido via Internet, com data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias, contados da data de encerramento para entrega das propostas iniciais, se outro prazo de validade não constar nos documentos

15.2 A data da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

15.3 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, por parte do pregoeiro.

15.4 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília - DF.

15.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Administração.

15.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9 .Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

15.10 Este Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Endereço eletrônico <https://transparencia-amaemarilia.smarapd.com.br/#/>.

15.11 Fica eleito o Foro da Comarca de Marília/SP para dirimir quaisquer dúvidas, omissões e litígios oriundos do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

15.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes arquivos:

15.13 Anexo I – Tabela de Referência do Objeto do Contrato - Relação dos itens e
TERMO DE REFERÊNCIA

15.14 Anexo II – Modelo de carta proposta

15.15 Anexo III- Pesquisa de Preço

15.16 Anexo IV Declarações

15.17 Anexo V – Declarações Conjuntas

15.18 Anexo VI – Minuta da Ata

15.19 Anexo VII – Termo de Ciência e notificação.

Marília, 20 de fevereiro de 2026.

JOÃO CARLOS POLEGATO
Comissário Geral

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026

TERMO DE REFERÊNCIA**1 INFORMAÇÕES BÁSICAS**

- 1.1 Categoria do Objeto: Artigo 2º, II da Lei 14.133/2021 - Conforme as definições previstas nos incisos XIII e XV do art. 6º da mesma lei, trata-se de serviço comum, de execução continuada e de fornecimento frequente, uma vez que envolve a prestação de serviços de publicação de atos oficiais em jornal de grande circulação, conforme demanda da Agência Municipal de Água e Esgoto de Marília (AMAE).

Sendo assim, o objeto se enquadra na categoria serviços comuns, cujo procedimento de contratação por meio de Sistema de Registro de Preços mostra-se adequado em razão da necessidade recorrente e da natureza continuada das publicações.

Área Requisitante

Setor de Licitações

Responsável

Natalia Miranda Russo

2 DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 2.1 O presente Termo de Referência tem como objeto o eventual registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de publicação em jornal de grande circulação no Estado de São Paulo, em atendimento às exigências legais de publicidade e transparência dos atos administrativos, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), durante o período de 01 (um) ano, conforme condições e quantidades estabelecidas neste instrumento.

GRUPO ÚNICO				
Item	Código	Quant.	Unidade	Descrição
1	2.01.13.0022-8	3000	Centímetro x coluna	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de publicação em jornal de grande circulação no Estado de São Paulo, em atendimento às exigências legais de publicidade e transparência dos atos administrativos, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)

- 2.2 O objeto a ser contratado, enquadra-se na categoria de bens comuns, de que trata a Lei nº 14133/2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.
- 2.3. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. (Artigo 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021).
- 2.4 A contratação visa atender às exigências legais previstas na Lei nº 14.133/2021, que trata da necessidade de publicidade e transparência dos atos administrativos, garantindo sua eficácia e validade. Tal serviço se mostra necessário em razão da inexistência de estrutura interna para realização direta das publicações.

3 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Necessidade da AMAE

- 3.1.1 Justifica-se a necessidade de abertura de processo licitatório, tendo em vista que a publicidade dos atos administrativos é requisito essencial para a validade dos procedimentos licitatórios e das contratações públicas, sendo indispensável para assegurar a transparência e a ampla concorrência, nos termos da Lei nº 14.133/2021. A divulgação adequada dos atos administrativos garante transparência, legalidade e o pleno conhecimento dos interessados. Considerando que os serviços de publicação em jornal de grande circulação são essenciais para assegurar essa publicidade, justifica-se a necessidade de contratação específica para esse fim.
- 3.1.2 Os serviços de publicação pretendidos possuem baixa complexidade, são padronizados e encontram correspondência objetiva nas especificações usuais de mercado, o que reforça sua natureza de serviço comum, enquadrado nas definições dos incisos XIII e XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021. Além disso, trata-se de uma demanda contínua da Administração, sendo imprevisível a quantidade exata de publicações e o momento em que ocorrerão ao longo do exercício, o que inviabiliza uma contratação por demanda fixa.

3.2 Base legal

- 3.2.1 A fundamentação jurídica da presente contratação encontra-se na Lei Federal nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- 3.2.1.1 Decreto Municipal nº 14.464 de 27 de setembro de 2024.
- 3.2.1.2 Lei Ordinária 9.184 de 19 de novembro de 2024.
- 3.2.1.3 E demais legislações aplicáveis.

3.3 Planejamento e economia

- 3.3.1 A utilização do **Sistema de Registro** de Preços permite:

- 3.3.1.1 A aquisições conforme demanda real da AMAE, evitando contratações desnecessárias ou superdimensionadas e assegurando maior adequação às necessidades efetivas da Administração.
- 3.3.1.2 Maior competitividade entre prestadores de serviços, promovendo redução de custos.
- 3.3.1.3 Agilidade no atendimento da autarquia, uma vez que os itens estarão previamente registrados.
- 3.3.1.4 Eficiência na gestão orçamentária, possibilitando controle do consumo e planejamento adequado do uso do recurso público.
- 3.3.1.5 O Sistema de Registro de Preços constitui ferramenta que permite à Administração viabilizar a contratação de bens e serviços de consumo frequente e de difícil mensuração, mediante a formalização de uma ata de registro de preços, que representa um compromisso futuro de contratação. Em razão das características próprias desse sistema, sua adoção é adequada quando se trata de demandas padronizadas, recorrentes e que podem ser mensuradas por meio de valores unitários, especialmente nos casos de serviços comuns.
- 3.3.1.6 Diante desse cenário, a adoção do Sistema de Registro de Preços se revela a solução mais adequada, permitindo melhor planejamento administrativo, evitando a instauração de diversos procedimentos licitatórios ao longo do ano para objetos idênticos ou semelhantes e contribuindo para a economicidade, eficiência e celeridade das contratações públicas. Assim, conclui-se que a utilização do Sistema de Registro de Preços para a contratação de serviços de publicação em jornal de grande circulação se amolda perfeitamente à necessidade da Administração, atendendo aos princípios e diretrizes estabelecidos na legislação vigente.

3.4 Previsão orçamentária

- 3.4.1 A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Agência Municipal de Água e Esgoto de Marília – AMAE, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, contemplando a necessidade de contratação de serviços de publicação de atos oficiais em jornal eletrônico de grande circulação.

3.5 Justificativa da quantidade solicitada

- 3.5.1 A quantidade estimada de publicações não pode ser definida de forma precisa, uma vez que a demanda por divulgações oficiais em jornal de grande circulação ocorre de maneira variável ao longo do exercício, dependendo da necessidade de publicações de editais, avisos, extratos, comunicados e demais atos administrativos. Tais demandas surgem conforme o andamento dos processos internos, não sendo possível prever antecipadamente o número exato de atos que exigirão publicação. Assim, a Administração apresenta uma estimativa baseada no histórico de anos anteriores e na projeção das atividades previstas, com a finalidade de assegurar a adequada execução dos atos administrativos, sem prejuízo ao princípio da publicidade.

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 4.1 A presente contratação tem por finalidade garantir a divulgação dos atos oficiais da Administração em jornal de grande circulação, assegurando o cumprimento do princípio da publicidade, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de publicação de editais, avisos, comunicados, extratos de contratos, termos aditivos e demais atos administrativos que demandem divulgação formal impressa.

- 4.2 A utilização do Sistema de Registro de Preços mostra-se a estratégia mais adequada, uma vez que a necessidade de publicações ocorre de forma contínua, porém variável, ao longo do exercício. A demanda não pode ser previamente quantificada com precisão, pois depende do andamento dos processos internos e das exigências legais específicas de cada procedimento administrativo e licitatório. Assim, o registro de preços possibilita maior planejamento, agilidade e economicidade, evitando a abertura de diversos certames ao longo do ano para atender a necessidades pontuais de publicação.
- 4.3 A solução contempla o registro de preços de serviços padronizados e de baixa complexidade, definidos por preço unitário por centímetro/coluna, conforme práticas usuais de mercado. A empresa contratada deverá garantir a publicação nos prazos definidos pela Administração, bem como assegurar que o jornal atenda aos requisitos de grande circulação, abrangência e credibilidade. Dessa forma, a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços permitirá à Administração atender de forma eficiente às obrigações legais de publicidade, com maior flexibilidade, economicidade e segurança jurídica.

4.4 Centralização e eficiência

- 4.4.1 A adoção do Sistema de Registro de Preços possibilita a centralização das demandas de publicação de atos oficiais, permitindo que todos os setores da Administração encaminhem suas solicitações de forma organizada e padronizada. Essa centralização contribui para a racionalização dos procedimentos internos, reduz o tempo de resposta e evita contratações isoladas ou repetitivas ao longo do exercício.
- 4.4.2 Além disso, a gestão unificada dos serviços de publicação em jornal de grande circulação garante maior controle administrativo, facilita o acompanhamento das despesas e promove o uso mais eficiente dos recursos públicos. A centralização também reforça a uniformidade das publicações, assegurando que

todos os atos administrativos sejam veiculados de maneira adequada, dentro dos prazos legais e com observância às exigências normativas.

4.2.3 Com isso, a Administração aprimora sua capacidade de planejamento e execução, alcançando maior eficiência na divulgação oficial de seus atos e na condução de seus processos administrativos e licitatórios.

4.2.3.1 Padronização do item, facilitando o controle de qualidade e a análise de conformidade do item;

4.2.3.2 Economia de escala, possibilitando melhores condições comerciais e redução dos custos unitários em função do volume adquirido;

4.2.3.3 Simplificação administrativa, reduzindo a necessidade de múltiplas licitações ao longo do exercício, otimizando o tempo e os esforços dos servidores públicos envolvidos no processo.

4.3 Critérios técnicos

4.3.1 Para assegurar a adequada execução do objeto contratado e garantir que as publicações atendam às exigências legais e às necessidades da Administração, deverão ser observados critérios técnicos mínimos relacionados à qualidade, capacidade operacional e regularidade do serviço prestado.

4.3.2 A contratada deverá comprovar que o veículo de comunicação utilizado para as publicações possui efetiva circulação regional ou estadual, atendendo ao conceito de jornal de grande circulação, garantindo ampla publicidade e alcance ao público-alvo. Além disso, será exigido que o jornal opere regularmente, com periodicidade comprovada, e que disponha de estrutura técnica e gráfica suficiente para assegurar a veiculação dos atos administrativos de forma clara, legível e dentro dos prazos solicitados.

4.3.3 Também deverão ser observados critérios técnicos referentes à capacidade de atendimento às demandas variáveis, considerando que as necessidades de

publicação podem ocorrer em diferentes períodos e volumes ao longo do exercício. A contratada deverá disponibilizar canais eficientes para recebimento de solicitações, prova de experiência na execução do objeto e condições adequadas de suporte operacional para garantir a execução contínua sobre demanda.

- 4.3.4 Tais critérios técnicos asseguram que as publicações serão realizadas com confiabilidade, compatibilidade com os requisitos legais e efetiva transparência junto à sociedade.

4.4 Parcelamento (ou não) do objeto

- 4.4.1 O art. 40, e seus incisos disciplinam o planejamento de compras e expectativa de consumo anual, sendo que no inciso V, alínea “b” trata do princípio do parcelamento do objeto.

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

(...)

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I – a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II – o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III – o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I – a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;(...)

- 4.4.2 De acordo com as disposições observadas, para este processo de licitação, optou-se por não adotar o parcelamento do objeto. Tal decisão fundamenta-se na aplicação do § 3º do artigo 40. que veda o parcelamento quando a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor.
- 4.4.3 Nesse sentido, ao nos atermos à análise da economia de escala, concluímos que existe mercado concorrencial vigoroso para o objeto em questão, com uma diversidade considerável de prestadores de serviços aptos a atender a totalidade do objeto. A economia de escala será mais bem atendida se não for fracionada a quantidade solicitada, tornando o volume mais atrativo aos licitantes e garantindo maior disputa de propostas, permitindo que reduzam os valores das propostas em razão do volume a ser negociado.
- 4.4.4 Aplicar o parcelamento, neste caso, poderia reduzir a economia de escala, resultando em aumento no valor das propostas, prejudicando o princípio da economicidade. Além disso, ao adotar o parcelamento, poderia ocorrer aumentos dos custos associados à gestão das atas, o que, unido a uma possível redução da atratividade, poderia impactar negativamente para a Administração, sendo necessário deflagrar novos processos para suprir os lotes fracassados, onerando a autarquia com mais custos e arriscando não atingir o objetivo da licitação que é a distribuição a todos os servidores. Ao não adotar o parcelamento, a Administração busca atingir a economia de escala, reduzindo o valor das propostas, aumentando a competição, prevenindo custos operacionais e maximizando as chances de atingir o objetivo da contratação.
- 4.4.5 Conclui-se, portanto, que o **não** parcelamento do objeto deste processo constitui uma estratégia mais vantajosa e econômica para a Administração. Tal

abordagem potencializa a atratividade para os licitantes, fomenta a competição, reduz os custos associados à gestão e maximiza as chances de se atingir o objetivo. Por fim, o não fracionamento do objeto não implica em concentração de mercado, considerando que o objeto licitado possui mercado concorrencial amplo, capaz de gerar maior competitividade desta forma.

4.5 Agrupamento do objeto

- 4.5.1 A licitação será realizada em item único (Lote 01).
- 4.5.2 Tal definição decorre do fato de que o objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços de publicação em jornal de grande circulação no Estado de São Paulo, caracterizando-se como um serviço homogêneo, passível de execução por uma única empresa, não havendo divisão técnica ou funcional que justifique o seu fracionamento.
- 4.5.3 A contratação em item único mostra-se mais adequada sob o aspecto do planejamento e da gestão contratual, uma vez que assegura a padronização dos serviços prestados, o controle dos prazos legais de publicação e a simplificação do acompanhamento das veiculações, sem prejuízo à competitividade do certame.
- 4.5.4 Dessa forma, entende-se que o agrupamento do objeto em item único atende aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, garantindo a execução adequada do objeto e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1 A contratação dos serviços de publicação em jornal de grande circulação deverá atender aos requisitos necessários para garantir a publicidade, transparência e efetividade na divulgação dos atos administrativos da Administração Pública. O

veículo de comunicação utilizado deverá possuir circulação efetivamente comprovada, abrangendo o público-alvo e atendendo aos critérios de grande circulação previstos na legislação vigente.

- 5.2 A contratada deverá assegurar que todas as publicações sejam realizadas de forma clara, legível e dentro dos prazos estabelecidos pela Administração, respeitando as demandas variáveis e eventuais urgências, devendo disponibilizar canais ágeis e eficientes para envio das matérias. É indispensável que o jornal opere regularmente, com periodicidade definida e comprovada, e que possua capacidade técnica e gráfica que assegure a correta veiculação dos conteúdos.
- 5.3 Além disso, a empresa deverá apresentar documentação que comprove sua regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, bem como experiência prévia na realização de serviços similares. O atendimento às solicitações deverá ocorrer de maneira padronizada e compatível com o Sistema de Registro de Preços, permitindo que as publicações sejam requisitadas conforme necessidade, sem obrigatoriedade de consumo mínimo.
- 5.4 A observância a esses requisitos garantirá que a contratação atenda aos princípios da publicidade, eficiência e economicidade, assegurando maior alcance e efetividade na divulgação dos atos administrativos da AMAE.
- 5.5 A publicação no jornal de grande circulação no Estado de São Paulo deverá ser realizada na seguinte especificação:
- 5.5.1 **Fonte:** ARIAL;
 - 5.5.2 **Corpo:** 6 (seis);
 - 5.5.3 **Espaçamento entre linhas:** 9 (nove) pontos;
 - 5.5.4 **Título da matéria:** tipo 10 (dez), em caixa alta;
 - 5.5.5 Textos corridos e nomes próprios: somente iniciais em maiúsculas;
 - 5.5.6 Não serão editadas matérias em negrito ou itálico, para jornal de grande

circulação no Estado de São Paulo;

5.5.7 Área Útil do Jornal (largura padrão): 6 colunas: 29,7 cm x 52,0 cm altura.

5.5.8 Quanto aos arquivos a serem remetidos para publicação no Diário Oficial da União (DOU) deverão observar os seguintes padrões mínimos de formatação:

5.5.8.1 Texto em formato RTF ou outro conforme sistema da Imprensa Nacional;

5.5.8.2 Tabelas com largura de 12 cm ou 25 cm, máximo cinco linhas por célula, bordas simples, sem recuo negativo ou mescla vertical;

5.5.8.3 Imagens em formato PDF, TIFF ou JPG, com largura de 12 cm ou 25 cm, altura máxima de 37 cm, resolução mínima de 200 dpi;

5.5.8.4 Textos e imagens devem ser enviados em arquivos distintos, claramente nomeados, indicando a posição exata de inserção das imagens;

5.5.8.5 A empresa contratada deverá submeter os arquivos via sistema eletrônico da Imprensa Nacional dentro do prazo fixado, e entregar comprovante de recebimento para instrução do processo.

5.6 Demais requisitos para contratação:

5.6.1 Entrega de comprovação das publicações (recortes, cópias autenticadas ou certificados eletrônicos);

5.6.2 Cumprimento de prazos de submissão e veiculação de acordo com os cronogramas da Administração;

5.6.3 Disponibilidade de atendimento eletrônico e presencial;

5.6.4 Capacidade técnica e experiência comprovada no setor;

5.6.5 Republicar, sem ônus para o Autarquia, as matérias publicadas incorretamente, em decorrência de erro da empresa de publicidade ou o jornal;

- 5.6.6 Disponibilizar o jornal de grande circulação no Estado de São Paulo, em sítio eletrônico;
- 5.6.7 As empresas participantes deverão colocar o nome do jornal no qual fará as publicações caso seja sagrada vencedora do certame;
- 5.6.8 O jornal diário indicado pelos participantes deverá ter tiragem diária mínima de 50.000 (cinquenta mil) exemplares, com edições de segunda-feira à domingo e com circulação diária em pelo menos em 60% dos municípios do Estado de São Paulo.

5.7 Subcontratação

- 5.7.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 5.7.2 Justifica-se a negativa da subcontratação pelas razões que seguem:
 - 5.7.2.1 Apenas parte do contrato poderia ser subcontratada, nunca a integralidade, dificultando a fiscalização e gestão do contrato por impossibilidade de existência de relação jurídica direta entre Administração e Subcontratada;
 - 5.7.2.2 Daria oportunidade para licitantes não qualificados participarem do certame com intuito prévio de terceirizar a execução do objeto;
 - 5.7.2.3 Levaria à abertura para intermediação de negócios, encareceria os custos da contratação, podendo refletir em prejuízo aos cofres públicos.

5.8 Consórcio

- 5.8.1 Não poderão participar pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

- 5.8.1.1 Justifica -se, de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, LEI 14.133, DE 1.º DE ABRIL DE 2021, TÍTULO II. DAS LICITAÇÕES, CAPÍTULO I. DO PROCESSO LICITATÓRIO, Art. 15, a participação de empresas em consórcio é geralmente autorizada pela Administração Pública quando a dimensão e a complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exigem a associação entre os particulares. Essas são situações em que apenas algumas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para a licitação. No entanto, no caso da presente aquisição, observamos que existe uma ampla variedade de empresas capazes de fornecer tais produtos. Portanto, a restrição à participação de empresas em consórcio não limita a participação do certame, uma vez que há muitas empresas individualmente qualificadas para atender às necessidades da licitação. Assim, acreditamos que a não participação de empresas em consórcio é justificada neste caso.

5.9 Garantia da contratação

- 5.9.1 Não haverá exigência de garantia da contratação prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que os produtos a serem adquiridos são de natureza comum.

5.10 Da proposta

- 5.10.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de encerramento para entrega das propostas iniciais.
- 5.10.2 O licitante NÃO poderá oferecer proposta considerando quantitativos inferiores aos previstos para contratação.

5.11 Apresentação das Amostras ou Prova de Conceito

- 5.11.1 Não Há.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1 Para o jornal de grande circulação no Estado de São Paulo, a empresa vencedora deverá receber o material enviado pela AMAE até às 16:30 horas do dia imediatamente anterior da data determinada pela autarquia para a sua publicação;
- 6.2 Disponibilizar o jornal de grande circulação no Estado de São Paulo, para venda, em todas as bancas existentes no Município;
- 6.3 A contratada deverá emitir a nota fiscal para as matérias, bem como anexar a folha do jornal da publicidade da matéria aprovada.

6.4 É dever da CONTRATADA

- 6.4.1 Executar os serviços de publicação em jornal de grande circulação com rigorosa observância das especificações constantes deste Termo de Referência, do edital e da ata de registro de preços;
- 6.4.2 Assegurar que todas as publicações sejam realizadas no prazo solicitado pela Administração, observando-se a forma, diagramação, tamanho e conteúdo encaminhados pela AMAE, sem alterações não autorizadas;
- 6.4.3 Garantir a veiculação das publicações em jornal devidamente reconhecido como de grande circulação no Estado de São Paulo, comprovando tal condição sempre que solicitado;
- 6.4.4 Disponibilizar canal de atendimento eficiente para recebimento das demandas, dúvidas e envio das publicações;
- 6.4.5 Manter a Administração informada sobre quaisquer irregularidades,

limitações técnicas ou impossibilidades que possam comprometer a realização das publicações;

- 6.4.6 Cumprir integralmente a legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e normas correlatas, bem como todas as obrigações previstas na ata de registro de preços e no contrato derivado;
- 6.4.7 Efetuar as publicações de forma clara, legível e fiel ao conteúdo remetido, assumindo responsabilidade por erros imputáveis à contratada, inclusive providenciando a republicação sem ônus para a AMAE;
- 6.4.8 Manter atualizados os dados cadastrais, fiscais e trabalhistas exigidos para a contratação, durante toda a vigência da ata e dos contratos decorrentes;
- 6.4.9 Guardar sigilo sobre informações encaminhadas pela Administração quando classificadas como restritas ou internas, nos termos da legislação aplicável;
- 6.4.10 Cumprir pontualmente todas as determinações formais da AMAE relacionadas à execução dos serviços.
- 6.4.11 Arcar com todos os encargos incidentes, seja da seguridade social, trabalhista, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil, criminal, previdenciária, de acidentes de trabalho, ou ainda, indenizações de qualquer natureza devidas a seus empregados, dirigentes, prepostos envolvidos no trabalho pertinente ao objeto da licitação.
- 6.4.12 Responder por quaisquer danos ou prejuízos porventura causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, eximindo-se a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária.

6.5 É dever do CONTRATANTE

- 6.8.1. Proporcionar todas as facilidades necessárias à execução desta ATA, mantendo o acesso às dependências correlatas livre e desimpedido, assegurando, ainda, que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
- 6.8.2 Designar e nomear a equipe de gestão e fiscalização da contratação;
- 6.8.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 6.8.4 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 6.8.5 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na prestação do objeto contratado, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 6.8.6 Comunicar a empresa CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.8.7 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 6.8.8 Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na Lei e/ou no Edital e seus anexos;
- 6.8.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para

adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

- 6.8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente contratação, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 6.8.11 A AMAE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução desta contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7 MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1 A empresa vencedora será convocada pela AMAE, para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
- 7.2 A Ata de Registro de preços será enviada por meio eletrônico, através do e-mail informado na proposta pela prestadora de serviços.
- 7.3 Mediante solicitação do licitante convocado, o prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que:
- 7.3.1 A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- 7.3.2 A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 7.4 Independentemente de solicitação do licitante convocado, o prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma única vez e por igual período, de forma motivada, a critério da AMAE, quando razões de interesse público assim o justificarem.

- 7.5 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital, podendo ser realizada gratuitamente pelos seguintes sites:
<https://assinador.iti.br/assinatura/> ou
<https://marilia.1doc.com.br/atendimento>.
- 7.6 No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços a CONTRATADA deverá apresentar a “Declaração de Atualização Cadastral”, conforme item 1.d do Termo de Ciência e Notificação nos termos do Artigo 2º da Instrução Normativa 01/2020 (módulo eletrônico do Cadastro Corporativo TCESP – Cad-TECESP - <https://www.tce.sp.gov.br/cadtcesp/>).
- 7.7 O preço registrados, com a identificação do contratado, serão publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e permanecerão disponíveis para consulta durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em observância aos princípios da publicidade e da transparência.
- 7.8 A existência de preços registrados implicará compromisso de prestação de serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 7.9 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

7.10 DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DA ATA

- 7.10.1 A Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 meses, a partir da data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período

desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, na forma do art. 84 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

- 7.10.2 Ficam autorizadas alterações qualitativas e quantitativas nas atas de registro de preços, desde que observado os requisitos dispostos no art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, na forma do art. 32, §1º do Decreto Municipal 14.464/2024.
- 7.10.3 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos, na forma do art. 32, §2º do Decreto Municipal 14.464/2024.
- 7.10.4 A renovação dos quantitativos registrados deverá respeitar o limite do quantitativo original, acrescido de eventual aditivo quantitativo realizado no primeiro ano de vigência da ata, na forma do art. 32, §3º do Decreto Municipal 14.464/2024.
- 7.10.5 Diante da prorrogação da vigência e renovação do saldo original, os limites das adesões previstas nos § 4º e 5º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 serão todos restabelecidos, não cumulando com adesões do período anterior, na forma do art. 32, §4º do Decreto Municipal 14.464/2024.
- 7.10.6 Esgotados os quantitativos da Ata de Registro de Preços antes do esgotamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o reestabelecimento do quantitativo inicial e prazo de 12 meses, na forma do art. 32, §5º do Decreto Municipal 14.464/2024.
- 7.10.7 **Dos procedimentos para prorrogação da ata de registro de preços**
- 7.10.7.1 Quando houver interesse da AMAE em prorrogar a vigência da Ata, a prestadora de serviços registrada será comunicado, por e-mail ou outro meio

hábil, sendo-lhe concedido o prazo de até 10 (dez) dias úteis para manifestar seu interesse ou concordância na assinatura do Termo Aditivo.

7.10.7.2 O prazo supracitado será contado a partir da efetiva realização da comunicação, independentemente do tempo restante para o vencimento da ata.

7.10.7.3 A ausência de manifestação no prazo estabelecido será interpretada como desinteresse na prorrogação.

8 DO REAJUSTE

8.1 Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 01 (um) ano, contado da data do Orçamento Estimado, nos termos do Artigo 33, § 1º do Decreto Municipal 14.464/2024.

8.2 Após o interregno de um ano, os preços poderão ser reajustados para reposição de eventual perda inflacionária, mediante requerimento da CONTRATADA, pelo índice do IPCA ou outro que vier a substituí-lo a fim de manter o valor real de mercado, conforme este Termo.

8.3 O requerimento para reajuste, que deverá ser protocolado pelo interessado no site: www.marilia.1doc.com.br/atendimento, será apreciado pelos setores competentes e, ao final, decidido pelo Gestor da Ata.

8.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida.

8.4.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4.2 As alterações na ARP **serão formalizadas mediante apostilamento.**

9 DO CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

- 9.1 O registro do prestador de serviços será cancelado, nos termos do Artigo 35 do Decreto Municipal 14.464/2024, quando:
- I Descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - II Deixar de prestar os serviços empenhados no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceita;
 - III Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.
 - IV Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- 9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III do item 7.16.1, será formalizado por despacho fundamentado.
- 9.3 Na hipótese de cancelamento do preço registrado poderão ser convocados os licitantes remanescentes.
- 9.4 O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do prestador de serviços, nos termos do Artigo 36 do Decreto Municipal 14.464/2024.
- 9.5 A solicitação de cancelamento deverá ser requerida no site: marilia.1doc.com.br/atendimento, será apreciado pelos setores técnicos competentes e, ao final decidido pelo Gestor da ARP no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data do protocolo.
- 9.6 A solicitação para cancelamento do valor registrado deverá ocorrer antes de eventual pedido de fornecimento dos produtos pela autarquia. Todas as autorizações de fornecimentos/ Ordens de Serviços emitidas antes da decisão

do pedido deverão ser entregues.

- 9.7 Em caso de deferimento do pedido, o cancelamento da ata de registro de preços se dará através da formalização de termo aditivo.
- 9.8 A comunicação será feita através do processo onde o cancelamento foi requerido e/ou por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se, assim para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

10 FISCALIZAÇÃO DA ARP

- 10.1 A execução da ARP deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais desta ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), conforme segue abaixo:

Fiscal da ARP: BEATRIZ MODESTO CAPELLINI – CPF:398.867.068-56 - CARGO:
Assistente Administrativa

Fiscal Substituto da ARP: CAROLINA GOMES DE OLIVEIRA – CPF: 387.212.008-58 –
CARGO : Assistente administrativo.

- 10.2 O Fiscal da ARP possui as seguintes atribuições, nos termos do Artigo 7º do Decreto Municipal 14.464/2024:
- 10.2.1 Esclarecer prontamente as dúvidas surgidas na execução do objeto contratado;
 - 10.2.2 Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias ao contratado para perfeita execução dos serviços;
 - 10.2.3 Encaminhar os apontamentos, realizados em registro próprio, ao gestor de contratos para que o mesmo tome as providências cabíveis;
 - 10.2.4 Proceder, conforme o caso, avaliação do cronograma físico-

- financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em ata;
- 10.2.5 Adotar as medidas preventivas de controle das ARP's, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;
- 10.2.6 Conferir e certificar as faturas ou notas fiscais relativas às aquisições, serviços ou obras e encaminhá-las à unidade responsável pela gestão do contrato;
- 10.2.7 Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada, informando à unidade responsável pela gestão da contratação o que pode resultar na execução diversa do que foi contratado;
- 10.2.8 Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- 10.2.9 Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- 10.2.10 Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- 10.2.11 Realizar, na forma do art. 140, da Lei Federal nº 14.133/2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- 10.2.12 Propor ao gestor de contratos, a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- 10.2.13 Outras atividades compatíveis com a função.

11 GESTORA DA ARP

- 11.1 Fica indicado o Gestor da ARP, conforme segue abaixo:

Gestor da ARP: NATALIA MIRANDA RUSSO – CPF:358.548.598-74 – Cargo: Assistente Administrativa.

- 11.2 O Gestor da ARP terá atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, nos termos do Artigo 8º do Decreto Municipal 14.464/2024, especialmente:
- 11.2.1 Controlar a vigência da Ata de Registro de Preços;
 - 11.2.2 Tomar providências objetivando eventual prorrogação do prazo ou abertura de novo processo licitatório;
 - 11.2.3 Recepcionar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e proceder os devidos encaminhamentos;
 - 11.2.4 Analisar os pedidos de aditivo contratual e proceder os devidos encaminhamentos;
 - 11.2.5 Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
 - 11.2.6 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
 - 11.2.7 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado;
 - 11.2.8 Analisar a documentação que antecede o pagamento;
 - 11.2.9 Acompanhar o prazo para concessão de reajuste de preços, nos termos da data-base fixada no instrumento convocatório e tomar as providências necessárias para que o mesmo seja formalizado, após requerimento do interessado, mediante termo de apostilamento.
 - 11.2.10 Acompanhar a renovação e/ou atualização das garantias contratuais no caso de prorrogação ou alteração de valores dos instrumentos contratuais;
 - 11.2.11 Solicitar o empenho dos valores correspondentes aos contratos, aditivos ou atualizações.

11.2.12 Outras atividades compatíveis com a função.

12 DO RECEBIMENTO

12.1 O recebimento dos serviços será realizado em **duas etapas**, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

12.1.1 **Recebimento provisório**, mediante a confirmação da efetiva veiculação da publicação no jornal de grande circulação indicado na proposta, por meio de envio de comprovante, arquivo digital ou exemplar da edição em que constar o ato publicado;

12.1.2 **Recebimento definitivo**, após verificação da conformidade da publicação com o conteúdo encaminhado pela AMAE, observando-se o formato, texto, prazos e demais especificações previstas neste Termo de Referência e na ata de registro de preços.

12.2 O recebimento definitivo será formalizado pelo setor competente, que registrará nos autos:

I a conferência da publicação;

II a regularidade da execução;

III a inexistência de pendências ou necessidade de republicação.

12.3 Eventuais divergências, erros ou falhas que não correspondam ao conteúdo enviado pela Administração serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, que deverá providenciar **republicação sem ônus** para a AMAE, no prazo máximo estabelecido pela Administração.

12.4 O não envio dos comprovantes de publicação ou o descumprimento dos prazos poderá acarretar glosa, suspensão do recebimento ou demais penalidades previstas na legislação e na ata de registro de preços.

12.5 Se, após o recebimento, constar-se que o objeto foi entregue em desacordo

com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à PROPONENTE vencedora, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento até que sanada a situação.

- 12.6 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser adequados de imediato, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 12.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da execução nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13. JUSTIFICATIVA PARA NÃO DIVULGAÇÃO DA IRP

- 13.1 A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar pública suas intenções de realizar licitação pelo sistema de Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto mediante um único procedimento.
- 13.2 Embora seja regra a divulgação da Intenção de Registro de Preços, é perfeitamente cabível o seu afastamento, desde que haja justificativa adequada, conforme preveem a Lei 14.133/2024, em seu art. 86, § 1º (O procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante).
- 13.3 Para o caso em questão, esta Autarquia optou pela não divulgação de IRP em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento ou controle das Atas de Registro de Preços (desta Administração

e de outros órgãos ou entidades).

- 13.4 Assim a realização individualizada sem a divulgação de IRP proporciona uma conclusão mais célere do procedimento licitatório, o que não seria possível caso houvesse a divulgação da IRP, pois, tal ação poderia culminar na participação de outros órgãos da administração pública, demandando maior tempo na realização das atividades e alongamento do prazo para a conclusão dos resultados e de certo prejuízo para esta Administração.
- 13.5 Somando-se a isso, comumente esta autarquia já convive com a falta de servidores públicos municipais especialmente treinados para o trato com os trabalhos rotineiros e necessários, portanto, com a assunção de maiores obrigações junto a terceiros, não raro poderia ocorrer um aumento de serviços para um número reduzido de servidores treinados que já convivem com uma sobrecarga de trabalho.
- 13.6 Portanto, a AMAE não dispõe de recursos humanos suficientes para executar as atribuições de seus cargos e gerenciar, a contento, o conjunto de procedimentos para registro de preços de várias Atas de Registros de Preços dela decorrentes.
- 13.7 Acrescenta-se também que a aceitação de intenção de registro de preço de outros órgãos ou entidades certamente ocasionaria necessidade de paralizações dos trabalhos como para acertos ou comunicações para ajustes, dentre outras situações que a licitação conjunta ocasionaria.
- 13.8 Por outro olhar, o ineditismo em se realizar processo com aceitação de intenção de registro de preços, ou seja, em conjunto com outros órgãos ou entidades também esbarra nas dificuldades de disponibilidade de sistema eletrônico para tal feito, pois, não se tem atualmente ao dispor, sistema capaz de realizar processamentos ou controles de demandas internas e externas ao mesmo

tempo, o que, na sua falta, por certo provocaria maiores trabalhos manuais, causando consequentemente mais demoras e dispêndios para a Administração local.

14 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

14.1 Da Medição

14.1.1 A medição dos serviços consistirá na verificação da efetiva realização das publicações solicitadas, em conformidade com a Ordem de Serviço ou Autorização de Publicação emitida pela Administração, observando-se, entre outros aspectos, a quantidade de publicações realizadas, a data de veiculação, o formato, as dimensões contratadas e a abrangência de circulação.

14.1.2 A medição será realizada pelo servidor designado para a fiscalização do contrato, no momento do ateste da execução do serviço, mediante comprovação da publicação, por meio de exemplar do jornal, arquivo digital, link eletrônico ou outro meio idôneo que comprove a veiculação.

14.1.3 Constatada divergência entre o serviço executado e o solicitado, a contratada deverá proceder à correção ou republicação, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

14.2 Da Liquidação

14.2.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 14.2.1.1 o prazo de validade;
- 14.2.1.2 a data da emissão;
- 14.2.1.3 os dados da Ata e do órgão contratante;
- 14.2.1.4 o valor a pagar; e

14.2.1.5 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.2.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

14.2.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3 Prazo de pagamento

14.3.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após a comprovação da efetiva veiculação das publicações solicitadas, mediante atesto do fiscal do contrato e apresentação da documentação fiscal correspondente.

14.3.2 Não serão consideradas as propostas com condições de pagamento "Antecipado" e com prazo contado "Da emissão da Nota Fiscal".

14.4 Forma de pagamento

14.4.1 A AMAE NÃO efetuará pagamento através de cobrança bancária (boleto). Os pagamentos serão efetuados por meio de Ordem de Pagamento Bancária, mediante crédito em conta corrente, devendo para tanto a Licitante indicar no Modelo de Proposta os Dados Bancários: nº do Banco, Agência, nº da Conta corrente e Código de identificação se houver.

14.4.2 Havendo atrasos nos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, poderá haver

incidência de correção monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculados entre a data final do período de adimplemento de cada parcela e a do efetivo pagamento, devendo, entretanto ser solicitado pela CONTRATADA, através de requerimento protocolado no site (www.marília.1doc.com.br/atendimento).

915 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1 forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

- 15.1.1 A prestadora de serviços será selecionada por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do MODO DE DISPUTA ABERTO, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO ÚNICO.

15.2 Exigências de habilitação

- 9.2.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

15.2.1.1 Habilitação Jurídica

- 15.2.1.1.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 15.2.1.1.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;
- 15.2.1.1.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 15.2.1.1.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 15.2.1.1.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 15.2.1.1.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 15.2.1.1.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 15.2.1.1.8 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela autarquia Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 15.2.1.1.9 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (artigos 17 a 19 e 165).
- 15.2.1.1.10 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.2.1.2 Regularidade fiscal e trabalhista

- 15.2.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso **(CNPJ)**;

- 15.2.1.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital OU Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do prestador de serviços, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; (Estadual quando for produto e **Municipal** quando for **serviço**).
- 15.2.1.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 15.2.1.2.4 Caso o prestador de serviços seja considerado isento dos tributos **Estadual/Distrital OU Municipal/Distrital** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei; (**Estadual quando for produto e Municipal quando for serviço**).
- 15.2.1.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 alterada pela LEI nº 12.440, de 07 de julho de 2011 – DOU de 08/07/2011. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas -CNDT;
- 15.2.1.2.6 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, sendo que estas poderão estar atestadas pelos órgãos expedidores, através de Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, que pode

ser conseguida através do link

<https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp>

15.3 Qualificação Econômico-Financeira

- 15.3.1 Certidão Negativa de Falência:** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do prestador de serviços, com data de expedição não superior a 90(noventa) dias corridos, contados da data de encerramento para entrega das propostas iniciais, desde que em validade - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 15.3.2 Justificativa:** verificar a situação econômico-financeira da empresa licitante e garantir que ela possua condições legais e operacionais para assumir e executar o contrato decorrente da licitação. A certidão negativa comprova que a empresa não se encontra em estado falimentar, o que poderia comprometer sua capacidade de cumprir as obrigações assumidas no contrato. Empresas em situação de falência ou recuperação judicial geralmente enfrentam sérias dificuldades operacionais e financeiras, o que representa um risco à boa execução contratual.

15.4 Qualificação Técnica

Fica dispensada a apresentação de atestado de capacidade técnica, nos termos do art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto a ser contratado consiste em serviço comum, padronizado e amplamente disponível no mercado, não demandando comprovação prévia de aptidão técnica específica para sua execução.

16 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 16.1** O custo estimado total da contratação terá como referência os valores unitários a serem apurados na estimativa de preços, a qual será realizada por setor

competente.

- 16.2 O orçamento estimado da contratação não terá caráter sigiloso, conforme o Art. 24 da Lei n.º 14.133/2021.
- 16.3 O preço estimado ou o máximo aceitável constará no edital da licitação, conforme Parágrafo único do Art. 24 da Lei n.º 14.133/2021.

17 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1 Por se tratar de contratação realizada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, não há, nesta fase, reserva ou comprometimento de dotação orçamentária, uma vez que a ata de registro de preços não obriga a Administração à contratação imediata.
- 17.2 A adequação orçamentária ocorrerá no momento da contratação individualizada, por meio das respectivas ordens de fornecimento ou contratos decorrentes da ata, ocasião em que serão verificados:
- 17.2.1 a disponibilidade da dotação orçamentária adequada e suficiente;
- 17.2.2 o empenho prévio da despesa;
- 17.2.3 a conformidade com o planejamento orçamentário anual da Autarquia.
- 17.3 Assim, a execução financeira ficará condicionada à existência de créditos orçamentários vigentes e suficientes à época da formalização da demanda.

18. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 18.1. O custo estimado total da contratação terá como referência os valores unitários já apurados na estimativa de preços;

- 18.2 O orçamento estimado da contratação **não** terá caráter sigiloso, conforme o Art. 24 da Lei n.º 14.133/2021.
- 18.3 A contratação tem o valor total estimando em R\$40.950,00 (quarenta mil, novecentos e cinquenta reais).

LOTE 1					
Item	Especificação	Qtde.	Und.	Valor Unit. Max. Estimado	Valor Total Max. Estimado
1	contratação de empresa especializada para prestação de serviços de publicação em jornal de grande circulação no Estado de São Paulo, em atendimento às exigências legais de publicidade e transparência dos atos administrativos, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), durante o período de 01 (um) ano	3000	Cmxcoluna	R\$ 13,65	R\$40.950,00
Valor Total: R\$ 40.950,00					

19 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.
- 19.2 A contratação será atendida pela dotação a ser definida pela Agência Municipal de Água e esgoto de Marília.
- 19.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13 RESPONSÁVEL ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Marília, 24 de janeiro de 2026

NATALIA MIRANDA RUSSO

Assistente Administrativa

ANEXO II
MODELO DA CARTA PROPOSTA
A AGÊNCIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

Prezados Senhores,

Ref.:PREGÃO ELETRÔNICO Nº(01/2026)-Carta-Proposta de Fornecimento.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

Razão Social:

CNPF e Inscrição Estadual:

Representante e Cargo:

Carteira de identidade e CPF:

Endereço e Telefone:

Dados Bancários: Nome e nº do Banco, nº da Agência e nº da Conta Corrente.

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. Apresentamos nossa proposta abaixo discriminada e declaramos conhecer e concordar com todos os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

2.2. PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR) -Deverá ser cotado, preço unitário de acordo com o Anexo 1 do Edital.

Item	Especificação	Qtde.	Und.	Valor Unit.	Valor Total
1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de publicação em jornal de grande circulação no Estado de São Paulo, em atendimento às exigências legais de publicidade e transparência dos atos administrativos, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), durante o período de 01 (um) ano	3000	Cm X coluna	R\$	R\$

Valor por extenso preço do item. A proposta terá validade de 60(sessenta)dias,a partir da data de abertura do pregão.

O prazo de publicação: de acordo com o Edital.

A condição de pagamento:de acordo com o Edital.

2.2 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (fretes, obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

LOCAL

E

DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE

(OBS.:REPRESENTANTE

LEGAL

DA

EMPRESA)

ANEXO III**QUADRO – PESQUISA DE PREÇOS**

Como medida de boas práticas, a Agência Municipal de Água e Esgoto de Marília procedeu à consulta de contratações similares relacionadas ao objeto pretendido. A pesquisa foi realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP.

PESQUISA Nº	FONTE	LOCAL	VALOR UNITÁRIO
1	PESQUISA 01	MUNICÍPIO DE VARGEM GRANDE DO SUL	R\$ 15,00
2	PESQUISA 02	MUNICÍPIO DE GUARIBA	R\$ 13,46
3	PESQUISA 03	MUNICÍPIO DE FRANCISCO MORATO/SP	R\$ 12,50
MÉDIA			R\$ 13,65

ANEXO IV
DECLARAÇÕES

At.–Pregoeiro Oficial
Pregão Eletrônico nº 01/2026

At. – Pregoeiro(a) Oficial Pregão Eletrônico nº 01/2026

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº (...), neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, VEM DECLARAR para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei que:

Para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Nos termos do inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARO que atendo aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Nos termos da legislação vigente e para os devidos fins, DECLARO que os dados cadastrais da empresa que represento encontram-se devidamente atualizados nos sistemas oficiais de cadastro exigidos pela Administração Pública, comprometendo-me a manter tais informações atualizadas durante toda a vigência da contratação, bem como a comunicar tempestivamente qualquer alteração que venha a ocorrer. Declaro, ainda, estar ciente de que a inveracidade das informações prestadas ou a omissão de atualizações obrigatórias poderá ensejar as sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

De acordo com o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARO, sob pena de desclassificação, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Nos termos do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARO que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos

ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de nossa inteira responsabilidade a manutenção dessa condição.

Inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

Esta empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Cumpre plenamente aos requisitos de habilitação e concorda com os termos e condições do edital.

Por _____ ser _____ verdade _____ assina _____ a _____ presente.

_____, ____ de ____ de 2026.

ANEXO V

At.–Pregoeira Oficial
Pregão Eletrônico n.º01/2026

Declarações Conjuntas

A Empresa RAZÃO SOCIAL, pessoa jurídica de direito privado sediada no Endereço completo (Rua, Qd, Lt, Sala, setor, Cidade, Estado, CEP), inscrita no CNPJ (ME) sob nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx por intermédio de seu representante legal, o Sr. Nome do Procurador Sócio Participante, brasileiro, portador do CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, Cédula de Identidade nºxxxxxxxxx Órgão Emissor-Estado, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- a) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- b) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- c) Declaração que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- d) Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) Declaração que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 12 e no inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

Cidade - Estado, Dia de Mês de Ano

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N.º do documento de identidade

ANEXO VI**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2026**

Pregão Eletrônico nº 01/2026

Memorando nº 17.073/2026

Aos ____ dias do mês de Fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis), a AGÊNCIA MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – AMAE, inscrita no CNPJ sob o nº 52.061.181/0001-60, com sede na Rua São Luiz, nº 359, Centro, Marília/SP, CEP 17500-001, neste ato representada por meio seu Comissário Geral, o Sr. João Carlos Polegato, com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, resultante do Pregão Eletrônico nº 01/2026, nos termos e condições a seguir estabelecidos.

1. OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de serviços de publicação de atos oficiais da Agência Municipal de Água e Esgoto de Marília – AMAE em jornal de grande circulação, conforme especificações, condições e quantitativos estimados estabelecidos no Termo de Referência e demais documentos integrantes do processo licitatório.

2. VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

3. EMPRESA REGISTRADA

Razão Social: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____

Representante Legal: _____
Telefone/E-mail: _____

4. VALORES REGISTRADOS

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Total Estimada	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
01	Publicação	Cm x coluna	3000	R\$ _____	R\$

Observação: O registro de preços não obriga a AMAE a contratar a totalidade dos itens registrados, podendo a aquisição ocorrer de forma parcelada, conforme necessidade e conveniência da Administração.

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento do documentos fiscal pertinente (nota de empenho).

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios consignados no Orçamento da Agência Municipal de Água e Esgoto de Marília – AMAE, à conta da dotação orçamentária nº 762 (classificação da despesa - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (3.3.90.39.00)).

As despesas relativas aos exercícios financeiros subsequentes, se houver, correrão à conta das dotações próprias consignadas nos respectivos orçamentos, mediante prévio empenho e, quando cabível, apostilamento, após a aprovação da Lei Orçamentária Anual e a liberação dos créditos correspondentes

7. DA EXECUÇÃO/FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para publicação e recebimento, as obrigações da Administração e do prestador de serviços registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e no edital de licitação.

O recebimento ocorrerá em conformidade com as normas aplicáveis e será realizado por servidor designado para tal finalidade, que verificará a adequação da publicação às especificações constantes no Termo de Referência e na proposta vencedora. Constatada qualquer irregularidade, a Administração poderá rejeitar total ou parcialmente o fornecimento, devendo a empresa providenciar a republicação no prazo estabelecido, sem ônus adicional para a Administração.

Parágrafo Primeiro

As aquisições/serviços obedecerão à conveniência e às necessidades da Agência Municipal de Água e Esgoto de Marília.

Parágrafo Segundo

A execução dos serviços será precedida da emissão de Ordem de Serviço ou Autorização de Publicação, expedida pela Agência Municipal de Água e Esgoto de Marília – AMAE e encaminhada à contratada, acompanhada do material a ser publicado e da indicação da data de veiculação.

Para as publicações, a contratada deverá receber o material encaminhado pela AMAE até as 16h30 do dia imediatamente anterior à data fixada para a publicação, observados os prazos operacionais do veículo.

Parágrafo Terceiro

Dentro do prazo de vigência do Registro dos Preços, a contratada será OBRIGADA à prestação dos serviços desde que obedecidas às condições do Termo de Referência e da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço, conforme previsão de Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1.

Parágrafo Quarto

A CONTRATADA se obriga a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

Parágrafo Quinto

As entregas referentes ao objeto desta contratação consistirão na veiculação das publicações nos veículos de comunicação indicados, bem como no encaminhamento das comprovações de publicação à AMAE, por meio eletrônico, nos prazos e condições definidos neste Edital e na respectiva Ordem de Serviço ou Autorização de Publicação.

Parágrafo Sexto

Os pedidos de execução dos serviços observarão exclusivamente a necessidade administrativa da AMAE, inexistindo quantitativo mínimo por solicitação.

Parágrafo Sétimo

Correrão por conta exclusiva da contratada todas as despesas necessárias à execução dos serviços de publicação, incluindo custos operacionais, editoriais, administrativos, tributos, encargos e quaisquer outros ônus necessários à perfeita veiculação das publicações solicitadas, não sendo devida qualquer remuneração adicional além dos preços registrados.

Parágrafo Oitavo

A Agência Municipal de Água e Esgoto de Marília reserva-se o direito de proceder, no prazo previsto em edital, à inspeção de qualidade dos serviços e rejeitá-los, integralmente ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado.

Parágrafo Nono

Por ocasião da execução dos serviços, caso seja constatado que as publicações realizadas não atendem às especificações constantes do Edital do Pregão Eletrônico e de seus Anexos, a AMAE poderá rejeitá-las, total ou parcialmente, obrigando-se a contratada a promover a correção ou republicação, sem ônus adicional para a Administração, no prazo estipulado no Edital ou na respectiva Ordem de Serviço.

OBRIGAÇÕES DA EMPRESA REGISTRADA

A contratada deverá executar os serviços em conformidade com as especificações, prazos e condições estabelecidos, responsabilizando-se, às suas expensas, pela correção ou republicação de quaisquer veiculações realizadas em desacordo com o disposto no Edital, no Termo de Referência ou na Ordem de Serviço.

A contratada deverá, ainda, manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração deverá emitir as autorizações de fornecimento conforme a necessidade, receber e atestar os serviços prestados, bem como efetuar os pagamentos nos prazos e condições estabelecidos nesta ata.

CANCELAMENTO DO REGISTRO

O registro poderá ser cancelado nas hipóteses previstas na legislação, especialmente no caso de descumprimento das condições estabelecidas ou por interesse público devidamente justificado.

FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Marília/SP para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta ata, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em ____ (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Marília/SP, ____ de Fevereiro de 2026.

Pela AMAE

Nome do(a) Comissário(a)

Cargo

Pela Empresa

Nome do Representante Legal

Cargo

ANEXO VII

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS)

CONTRATANTE: AGÊNCIA MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO DE MARILIA - AMAE

CONTRATADO:

Aditivo nº ao Contrato

OBJETO: Aditivo nº ao Contrato por 12 meses.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Marília, __ de ____ de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE

Nome: João Carlos Polegato

Cargo: Comissário Geral

CPF: 690.740.708-68

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

Nome: João Carlos Polegato

Cargo: Comissário Geral

CPF: 690.740.708-68

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: João Carlos Polegato

Cargo: Comissário Geral

CPF: 690.740.708-68

Assinatura: _____

Pela contratada:



Agência Municipal de Água e Esgoto de Marília
RUA SÃO LUIZ, 359 – FONE (14) 3402-8500 – MARÍLIA - SP

Nome:

Cargo:

CPF nº

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: João Carlos Polegato

Cargo: Comissário Geral

CPF: 690.740.708-68

Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

FISCAL DO CONTRATO

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: _____